

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

O fator Lira

No caso de Arthur Lira, em que pese o apoio que ele deu ao governo e à reeleição de Jair Bolsonaro, a manutenção do comando da Câmara coroará a articulação que envolveu a base governista e a oposição em favor de um nome de consenso que não alimentasse tensões, principalmente no primeiro ano de governo Lula. Pesou muito para construção dessa aliança a postura de Lira logo após a eleição presidencial: ele foi o primeiro presidente de Poder a reconhecer o resultado da eleição.

Vetados

O presidente Lula vetou 18 indicações do antecessor Jair Bolsonaro. Boa parte dos vetos aplica-se a nomes escolhidos para agências reguladoras e postos em embaixadas e representações brasileiras. A lista foi publicada ontem no Diário Oficial da União. Em relação aos diplomatas, o novo governo substituirá os indicados para postos importantes, como Argentina, França, Itália, Holanda, Grécia, Emirados Árabes e a representação junto à OMC.

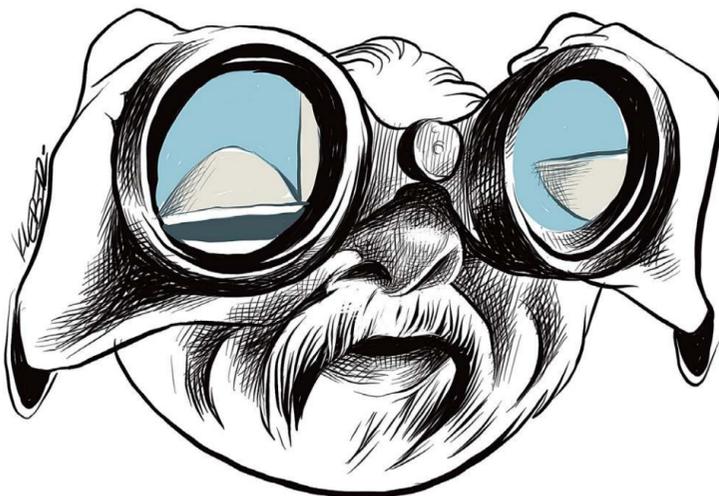
Pedido de relaxamento

O ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes cobrou manifestação da Procuradoria-Geral da República sobre o pedido de revogação de prisão apresentado pela defesa do ex-comandante-geral da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), coronel Fábio Augusto Vieira. O militar foi preso em decorrência dos ataques terroristas do dia 8. Na petição, a defesa alega que Vieira não participou do planejamento da operação de segurança naquele domingo. O trabalho teria ficado a cargo do Departamento Operacional (DOP) da Polícia Militar.

Olha eu aqui

A terça-feira foi agitada no Congresso Nacional. Além das articulações políticas em torno da eleição para a presidência da Câmara e do Senado, da movimentação de jornalistas e do trabalho de funcionários para deixar tudo pronto para a sessão de abertura da nova Legislatura, a sede do Parlamento recebeu muito visitantes: a grande maioria, parentes de deputados e senadores eleitos pela primeira vez, que fizeram questão de visitar as instalações do Congresso, praticamente reformado após os ataques de 8 de janeiro.

Governabilidade em jogo na eleição



A votação para escolha dos presidentes da Câmara e do Senado, hoje, representa a consolidação de um pacto firmado logo após o segundo turno das eleições presidenciais entre o então candidato eleito, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e os presidentes das duas Casas, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Diante de um país fraturado pela polarização política, os atuais comandantes do Congresso se comprometeram com Lula a trabalhar pela governabilidade da nova gestão, independentemente da coloração partidária e sem intromissões de um Poder no outro.

Pacheco integra a rede de alianças do governo Lula, mas, para se reeleger, precisa vencer a oposição bolsonarista que se aglutina em torno do senador Rogério Marinho (PL-RN). A vitória de Pacheco é dada como certa pelos aliados, mas ninguém crava a quantidade de votos que ele terá — as previsões variam de 45 a 55 votos, em um universo de 81 senadores. Uma derrota, além de inesperada, comprometeria o tripé da governabilidade que Lula sonha construir. Pior: daria ao bolsonarismo mais uma base de atuação política e dois anos de confronto com o Palácio do Planalto. Por isso, os ministros-senadores de Lula estarão no Plenário da Casa pedindo votos para Pacheco.

Divulgação



Bem-vinda

Está prevista para hoje, em Brasília, a chegada de Elizabeth Frawley Bagley (foto), a embaixadora dos Estados Unidos no Brasil. Com longa experiência diplomática, ela foi conselheira sênior de três secretários de Estado da Casa Branca. Em vídeo divulgado ontem — com direito a uma saudação em português —, Bagley se disse “honrada” por representar o governo Biden e o povo norte-americano no Brasil.

Cooperação

A nova embaixadora afirmou que pretende trabalhar muito para robustecer os fortes laços já existentes entre as duas nações; apoiar e defender a democracia; os direitos humanos e o Estado de Direito. E acrescentou que pretende cooperar com o governo Lula para preservar a Amazônia. Por último, Bagley se diz ansiosa por trabalhar e conhecer um país tão diverso como o Brasil. E finaliza: “Muito obrigada!”

Elas à frente

Se confirmada a indicação da embaixadora Maria Luiza Ribeiro Viotti para chefiar a Embaixada brasileira em Washington, as relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos terão duas mulheres em cargos estratégicos. No caso do Itamaraty, a nomeação de Viotti, além do reconhecimento à competência da diplomata, confirma a decisão do governo Lula de dar mais visibilidade às mulheres na política externa.

CORRUPÇÃO / Brasil é o 94º colocado em ranking de 180 países elaborado pela Transparência Internacional, ficando abaixo da média da América Latina. Governo Bolsonaro é apontado como responsável por “desmanche de marcos legais”

País regrediu, diz relatório

» ANDREA MALCHER

A Transparência Internacional divulgou ontem o Índice de Percepção da Corrupção 2022, trazendo o Brasil na 94ª posição do ranking. O levantamento analisa 180 países, em uma escala de até 100 pontos, que vai do altamente corrupto ao muito íntegro. O país marcou 38 pontos, considerado, portanto, um resultado negativo. “Os 38 pontos alcançados pelo país em 2022 representam um desempenho ruim, que o coloca abaixo da média global (43 pontos), da média da América Latina e Caribe (43 pontos), da média dos Brics (39 pontos) e ainda mais distante da média dos países do G20 (53 pontos) e da OCDE (66 pontos)”, aponta o documento.

O relatório Retrospectiva Brasil 2022, lançado com o Índice, avalia de que a gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro provocou um “desmanche acelerado dos marcos legais e institucionais anticorrupção que o país havia levado décadas para construir”.

Além de perder capacidade de enfrentar a corrupção, “o Brasil sofreu degeneração sem precedentes de seu regime democrático, culminando nos ataques de 8 de janeiro à Praça dos Três Poderes, que chocaram o mundo”, avalia o relatório, observando que os dois processos “estão estreitamente relacionados”.

O relatório aponta a nomeação de Augusto Aras para a Procuradoria-Geral da República (PGR) como central no desmonte da responsabilização jurídica que Bolsonaro poderia enfrentar. É citada a omissão da PGR quanto aos crimes apontados pela CPI da Pandemia, bem como ao desmanche de mecanismos de governança ambiental e de proteção aos

direitos indígenas, aos crescentes movimentos golpistas e ataques às instituições democráticas por parte do ex-presidente e aliados, além do desmonte da capacidade institucional do Ministério Público Federal para enfrentamento à macrocorrupção.

O vácuo deixado pela PGR, diz o relatório, levou a uma exacerbada dos papéis do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), cujos membros foram repetidamente atacados por Bolsonaro. “Sem poder contar com o titular da ação penal ou confiar no PGR Augusto Aras, ministros passaram a agir de ofício e homologar coletivamente heterodoxias que jamais referendariam, se não concebesssem uma situação de risco extremo”, ponderam os autores do documento.

Orçamento secreto

A Transparência Internacional menciona também a relação que o governo desenvolveu com o Cenário por meio do orçamento secreto. Para a entidade, o esquema distorceu a formulação de políticas públicas em áreas essenciais como saúde, educação e assistência social e pulverizou a corrupção.

A instituição pondera que os governos do PT também estiveram envolvidos em casos de corrupção com graves consequências econômicas, sociais e ambientais. E afirma que a sigla se nega a reconhecer envolvimento em escândalos, promovendo algum nível de correção às práticas.

“É fundamental que o novo governo não ceda à tentação de consolidar como novo padrão as práticas bolsonaristas de sujeição das instituições de controle aos interesses políticos”, aconselha o instituto.

Evaristo Sa/AFP



Multado em R\$ 22 milhões por questionar as eleições, presidente do PL terá de explicar minuta golpista

Moraes autoriza PF a ouvir Costa Neto

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal (PF) a ouvir o presidente do Partido Liberal (PL), Valdemar Costa Neto, sobre a minuta para decretar estado de defesa no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O depoimento deve ser tomado em até cinco dias.

O documento foi apreendido na casa do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, no inquérito sobre os atos golpistas que ocorreram no dia 8 de janeiro na Praça das Três Poderes. A autoria ainda é desconhecida. Torres nega ter escrito o rascunho de decreto.

O texto previa a intervenção de uma comissão formada majoritariamente por representantes do Ministério da Defesa, além do então presidente Jair Bolsonaro (PL), no TSE. O objetivo seria anular a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A decisão de Moraes vem após o delegado da Polícia Federal Raphael Soares Astini pedir autorização para marcar o depoimento de Valdemar. O ofício cita entrevistas em que o político admitiu ter recebido e descartado propostas golpistas. “Em recente entrevista a veículos jornalísticos, o Sr. Valdemar Costa

Neto, presidente do partido político PL, disse que chegou a receber várias propostas, documentos que supostamente poderiam questionar/alterar no TSE o resultado eleitoral e que teve o cuidado de triturar tais documentos”, justificou o delegado.

Na segunda-feira, a ministra Rosa Weber, presidente do STF, pediu que o procurador-geral da República, Augusto Aras, diga se vê elementos para investigar Valdemar Costa Neto pelas declarações.

Ela despachou em uma apresentação movida pelo senador Fabiano Contarato (PT-ES), que acusa o presidente do PL de



o Sr. Valdemar Costa Neto, presidente do PL, disse que chegou a receber várias propostas, documentos que supostamente poderiam questionar/alterar no TSE o resultado eleitoral e que teve o cuidado de triturar tais documentos

Raphael Astini, delegado da PF, no pedido aceito pelo STF para colher o depoimento do político

destruir, suprimir ou ocultar, em benefício próprio ou de outrem, ou em prejuízo alheio, documento público ou particular verdadeiro de que não podia dispor”.

O petista já havia sugerido a tomada do depoimento de Valdemar pela Polícia Federal, o que na prática abre duas frentes para Aras se manifestar sobre a oitiva, agora autorizada por Moraes.

O TSE chegou a multar o PL, partido de Bolsonaro, em R\$ 22,9 milhões depois que a legenda pediu a anulação dos votos de 279,3 mil urnas eletrônicas alegando que houve ‘mau funcionamento’ do sistema.